

Plano Estratégico 2019-2022

Os primeiros três anos de existência da ZERO foram muito centrados na sua consolidação enquanto *stakeholder* relevante para o debate político e público sobre sustentabilidade. Neste período alguns objetivos foram atingidos em pleno, como sejam o de se afirmar enquanto organização não-governamental de ambiente, quer em termos nacionais, quer europeus, através do estabelecimento de parcerias com as principais de ONGA europeias. Contudo, existem áreas onde os objetivos previstos não foram alcançados. O alargamento de base de apoio de Associados ficou aquém das expectativas, nomeadamente do patamar dos dois mil Associados, que permitiria à ZERO ser classificada como ONGA de âmbito nacional. Também ao nível do rejuvenescimento dos nossos quadros e na capacidade de envolvimento de voluntários nas atividades quotidianas da Associação, nem tudo correu bem.

Neste contexto, o próximo triénio deverá, na nossa perspetiva, centrar-se no reforço da capacidade de acompanhamento e intervenção no debate e definição de políticas públicas a nível nacional e europeu, nas áreas onde a ZERO tem como objetivo trabalhar. Tal só será possível com o reforço da capacidade de angariação de apoios financeiros especificamente para a realização deste tipo de trabalho, algo que se apresenta como um enorme desafio, visto que a disponibilidade e reconhecimento deste tipo de trabalho não é comum por parte das entidades que habitualmente apoiam as ONGA. Assim, será importante procurar fontes de financiamento externas, por exemplo através do estabelecimento de parcerias com ONGA europeias, à semelhança do que já aconteceu para a área dos químicos, mobilidade e alterações climáticas.

A aposta em projetos emblemáticos e demonstrativos das políticas defendidas pela ZERO deverá ser a segunda linha de atuação central para o próximo triénio. À medida que aumenta o reconhecimento do trabalho da ZERO é possível antever que será possível concretizar alguns projetos que têm vindo a ser promovidos desde o primeiro momento, como é o caso do projeto Ecomunidades, que até ao presente ainda não conseguiu sair do papel, não obstante a existência de conversações bastante adiantadas com algumas entidades.

O estabelecimento de parcerias com organizações reconhecidas será também uma estratégia a seguir, no sentido de reforçar a atratividade das propostas, mas principalmente de reforçar a capacidade de intervenção e de alteração de paradigma inerente aos diferentes projetos.

Ao nível da representatividade institucional da ZERO, o objetivo de atingir o número mínimo de 2 mil associados, no sentido de assegurar a classificação como ONGA de âmbito nacional, mantém-se. O aumento da visibilidade e reconhecimento do trabalho da ZERO, em conjunto com o desenvolvimento de alguns projetos que irão implicar uma interação mais direta com os cidadãos, acreditamos que serão fatores relevantes para garantir que ainda antes do final do próximo triénio será possível conquistar este objetivo.

O reforço da intervenção ao nível das redes sociais, com um maior investimento na formação dos colaboradores envolvidos nesta tarefa, será outra das apostas, nomeadamente com o reforço da intervenção no *Twitter* e *Facebook*, mas também através da criação e dinamização do *Instagram*, no sentido de conseguir abarcar diferentes públicos e aplicar diferentes linguagens de comunicação.

Esta é também uma estratégia que se pretende contribua para uma aproximação às camadas mais jovens da sociedade, que até agora não temos conseguido cativar. O facto de se pretender reforçar a relação com os professores, nomeadamente em termos de formação em áreas que a ZERO considera estratégicas, e a disponibilização de conteúdos utilizáveis, quer por professores, quer por alunos, na nossa página, surgem também como ferramentas para dar a conhecer a organização a um público mais jovem.

Também é nosso objetivo o reforço da relação com a academia, dada a relevância que o conhecimento científico apresenta para as áreas e métodos de intervenção da ZERO. Uma colaboração mais estreita, por exemplo, ao nível de projetos de investigação, pode ser um excelente caminho para fazer a ponte entre dados científicos e intervenção política.

A atribuição da classificação de utilidade pública à ZERO é outro dos grandes objetivos que esperamos estar concluída no decorrer do primeiro ano do triénio. A intenção é a de organizar o processo e apresentar a candidatura a muito breve prazo, visto que a ZERO já cumpre as principais condições exigidas, nomeadamente o seu efetivo e relevante funcionamento há mais de 3 anos. Contudo, é importante salvaguardar que se trata de um processo político, sem prazos definidos em termos de resposta por parte da entidade competente para a atribuição desta classificação - a Presidência do Conselho de Ministros -, pelo que a celeridade da resposta não dependerá apenas do empenho da futura direção da ZERO.

A manutenção e o reforço da relação com as redes de ONGA a que a ZERO está ligada a nível europeu manter-se-á como uma prioridade, visto que se têm revelado fundamentais para suportar muitas das intervenções da ZERO ao nível do debate sobre políticas públicas em diferentes áreas temáticas e já são também importantes em termos de angariação de financiamento para trabalho político.

Em termos de comunicação para o exterior, a ZERO manterá a sua estratégia de participação em consultas públicas, presença em workshops, seminários e eventos de diferentes naturezas e tomadas de posição regulares sobre temas relevantes para a realidade portuguesa e europeia (muitas delas baseadas na análise de dados relevantes relativos a diferentes políticas públicas).

Visão

A ZERO tem como sua missão contribuir para a construção de uma sociedade assente nos princípios do desenvolvimento sustentável, em pleno respeito pelos limites do planeta. Uma sociedade onde a noção de zero seja motivadora da ação, nomeadamente no que respeita ao uso de **zero combustíveis fósseis, poluição zero, ao desperdício zero, à zero destruição de ecossistemas e da biodiversidade e zero desigualdade social e económica**. Uma sociedade onde o desenvolvimento sustentável é entendido como o caminho para garantir equidade e justiça social, ambiental e económica e onde todos, individualmente e em interação com os outros, assumem a sua responsabilidade pela concretização desta visão.

Objetivos principais

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, é uma associação sem fins lucrativos, constituída com personalidade jurídica, que assume os seguintes objetivos estratégicos norteadores da sua ação:

1. Dinamizar e participar em iniciativas de reflexão tendo em vista recolher um conjunto alargado de perspetivas sobre as prioridades estratégicas em termos temáticos e de intervenção, mas também dar a conhecer as posições da ZERO a diferentes públicos e *stakeholders*.
2. Reforçar a dinamização das cinco grandes áreas temáticas definidas no momento da fundação da ZERO: sociedades sustentáveis e novas formas de economia; alterações climáticas, energia e mobilidade; água e oceanos; solo e gestão do território; biodiversidade, agricultura e florestas.

3. Implementar continuamente uma estratégia de comunicação que permita dar a conhecer os objetivos e as propostas da ZERO à sociedade em geral e aos diferentes *stakeholders*.
4. Manter um contacto próximo com os Associados, seja em termos de apoio, de disponibilização de informação, envolvimento em atividades de voluntariado ou em atividades lúdicas.
5. Reforçar a relação em termos de parcerias nacionais e internacionais, no sentido de informar as posições da Associação, mas também contribuir ativamente para as tomadas de posição mais alargadas a nível europeu, bem como a definição de políticas públicas a esse nível.

Objetivo 1

Dinamizar e participar em iniciativas de reflexão tendo em vista recolher um conjunto alargado de perspetivas sobre as prioridades estratégicas em termos temáticos e de intervenção, mas também dar a conhecer as posições da ZERO a diferentes públicos e stakeholders.

A ZERO deverá manter a sua aposta na participação em eventos de diferentes formatos e objetivos, com o intuito de se afirmar como *stakeholder* relevante na área ambiental. A participação em processos de consulta pública, grupos de trabalho, entre outras iniciativas, é também uma excelente ferramenta para passar a mensagem ZERO.

Objetivo 2

Reforçar a dinamização das cinco grandes áreas temáticas definidas no momento da fundação da ZERO: sociedades sustentáveis e novas formas de economia; alterações climáticas, energia e mobilidade; água e oceanos; solo e gestão do território; biodiversidade, agricultura e florestas.

A presente lista candidata é da opinião que o documento de reflexão sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável para 2030, elaborado após a fundação da ZERO, deverá manter-se como documento enquadrador das atividades a desenvolver no próximo triénio em cada uma das cinco áreas temáticas estabelecidas.

SUSTENTABILIDADE E NOVAS FORMAS DE ECONOMIA

Nesta área temática procurar-se-á manter a aposta clara em áreas como a das substâncias químicas (aumento do conhecimento/perceção dos portugueses sobre o tema; influência sobre as políticas públicas nesta área, entre elas as centradas nos desreguladores endócrinos), economia circular, gestão de resíduos urbanos (incluindo os plásticos) e de outros fluxos de resíduos, sempre numa ótica de procurar fomentar as soluções a montante na hierarquia de resíduos - redução e reutilização, sem descurar a reciclagem.

A articulação entre a Economia Circular e as substâncias químicas será outro dos temas que deverá merecer atenção no próximo triénio, visto existirem aí grandes desafios que merecem a atenção da comunidade ambientalista.

O tema das compras públicas sustentáveis, em relação ao qual não foi possível avançar ainda com trabalho específico, manter-se-á na agenda e será feito um esforço para um acompanhamento mais próximo.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, ENERGIA E MOBILIDADE

Estas áreas que se encontram profundamente interligadas constituem um dos maiores desafios para a sociedade portuguesa e merecerão um acompanhamento dedicado por parte da associação. Os objetivos de em Portugal, em 2050, se atingir 100% de eletricidade renovável, de grande parte da energia final ser também proveniente de fontes renováveis e as emissões líquidas de gases de efeito de estufa serem zero, implicam mudanças estruturantes, já a implementar ao longo da próxima década. A enorme expansão do aproveitamento da energia solar é crucial mas deve ser feita principalmente de modo descentralizado e minimizando os impactos no que respeita à implementação de centrais. O fim das centrais termoelétricas com recurso a carvão antes de 2030 será uma das exigências da ZERO. No que respeita aos edifícios, as áreas da eficiência energética e da pobreza energética receberão particular atenção. A promoção de uma mobilidade sustentável, alicerçada em mais e melhor transporte público, partilhado, acessível, promovendo e compatibilizando o uso de modos suaves e reduzindo o peso do automóvel nos centros urbanos, principalmente o que ainda recorre a motores de combustão, é um elemento essencial a ser acompanhado. Neste sentido, o projeto MobZERO de divulgação de elementos para envolver cidadãos, autarquias e empresas numa mobilidade com menores impactos ambientais será fundamental. O acompanhamento das políticas de energia e clima através do projeto LIFE UNIFY proporcionará igualmente um suporte de intervenção. Também neste sentido, o trabalho com os diversos partidos políticos e o Parlamento na construção de uma Lei do Clima a aprovar durante o mandato será uma prioridade.

ÁGUA E OCEANOS

Na área da água, a ZERO continuará a acompanhar a implementação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica e a preparação do terceiro ciclo de planeamento que deverá ter início em 2021. As questões de poluição, e nomeadamente a situação do Tejo, em articulação com o movimento ProTejo, serão também objeto de atenção, bem como a articulação com Espanha para uma gestão sustentável dos rios internacionais no âmbito da Convenção de Albufeira. Uma outra área de preocupação prende-se com a eficiência do uso da água, tema que a ZERO considera prioritário num quadro de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente questões como a redução de perdas no abastecimento (para os vários usos), a utilização de água reciclada e de outras origens alternativas de água (como as pluviais). Ainda, as pressões sobre o recurso água no âmbito dos investimentos previstos no Programa Nacional de Regadio, bem como intenções para novos projetos de aproveitamentos hidráulicos são também questões críticas para os próximos anos. A nível europeu, a revisão da Diretiva Quadro da Água será um dos temas críticos a acompanhar, em que a ZERO procurará influenciar positivamente a posição de Portugal.

Na área dos oceanos, a ZERO irá acompanhar a implementação do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo, dando particular atenção a projetos problemáticos, bem como a revisão da Estratégia Nacional para o Mar pós-2020. Para além disso, irá continuar a acompanhar projetos críticos na área dos portos e transporte marítimo (alargamento dos Portos de Setúbal e de Leixões e o Terminal do Barreiro). Será também objeto de atenção a criação das novas Áreas Marinhas Protegidas atualmente em curso, em estreita articulação com a área da biodiversidade. O lixo marinho e os plásticos será também um tema a acompanhar, em articulação com a área dos resíduos e da sustentabilidade.

SOLOS E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Nesta área, a ZERO continuará a acompanhar projetos críticos atualmente em vias de execução, como seja o Aeroporto no Montijo e a expansão do Aeroporto Humberto Delgado, o Terminal do Barreiro e o alargamento de outros portos nacionais.

Será dada também especial relevância à revisão dos Instrumentos de gestão do território (IGT), como o Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território, atualmente em revisão, e os Planos Regionais de

Ordenamento do Território, procurando a consonância destes com os princípios de um desenvolvimento sustentável do território que promova a coesão territorial. Daremos também particular atenção à implementação do Programa Nacional de Investimentos 2030, procurando que os investimentos em acessibilidades promovam formas mais sustentáveis a longo prazo, nomeadamente a melhoria e alargamento da ferrovia, de forma a ligar o País e a Europa (via Espanha).

Por fim, a questão da desertificação e da perda do solo será um tema acompanhar de perto, quer no plano nacional onde se pretende que seja feito um diagnóstico e uma contabilização da perda de solo no País (devido a erosão e a impermeabilização), quer no plano europeu, em que se pretenda seja criada uma Diretiva do Solo.

BIODIVERSIDADE, AGRICULTURA E FLORESTAS

Nesta área procuraremos essencialmente acompanhar a gestão da Rede Natura 2000, incluindo a extensão da mesma ao meio marinho e oceânico, analisando adequabilidade dos investimentos que visem a sua conservação e o impacto das atividades que são suscetíveis de causarem danos sobre os ecossistemas. Importa ainda seguir a implementação dos planos de ação para a salvaguarda de espécies ameaçadas, as ações que visem a melhoria do conhecimento sobre os valores naturais e que persigam a adoção de instrumentos de remuneração de serviços de ecossistema, bem como a luta contra a introdução e proliferação de espécies exóticas. No que à agricultura diz respeito, duas áreas merecerão a nossa atenção: a avaliação da implementação da atual PAC e da preparação da PAC-2020 e as políticas públicas de aumento do regadio e de promoção da agricultura intensiva. Na área florestal, antevemos que a ZERO se concentre na análise e verificação de três aspetos concretos: políticas públicas de apoio ao minifúndio, incluindo a promoção de uma gestão florestal com uma lógica condominial e cooperativa, incentivos à instalação de espécies autóctones e remuneração/compensação dos proprietários que, de forma isolada ou agrupada, contribuam para preservação da biodiversidade e para os objetivos de prevenção de incêndios rurais.

Objetivo 3

Implementar continuamente uma estratégia de comunicação que permita dar a conhecer os objetivos e as propostas da ZERO à sociedade em geral e aos diferentes stakeholders.

Para reforçar a estratégia de comunicação da ZERO para o futuro, somos da opinião que será importante apostar numa maior dinamização das redes sociais, incluindo através da criação do Instagram da ZERO. Tal só será possível com o investimento em formação de colaboradores e na alocação de tempo nos diferentes projetos a esta dimensão fundamental de comunicação.

Melhorar as listas de contactos com meios de comunicação social, bem como a estrutura e linguagem dos comunicados, deve ser outra das prioridades.

A um outro nível, a ZERO deverá procurar estar presente em eventos, *workshops* e seminários, no sentido de dar a conhecer as suas posições, bem como reunir com diferentes *stakeholders* regularmente, no sentido de influenciar as suas decisões e conhecer as suas posições.

Objetivo 4

Manter um contacto próximo com os Associados, seja em termos de apoio, de disponibilização de informação, envolvimento em atividades de voluntariado ou em atividades lúdicas.

Dada a natureza estratégica de uma base social alargada, quer para a ambicionada classificação da ZERO como ONGA de âmbito nacional, quer como garantia de representatividade social, a área da gestão de associados/as deverá merecer grande atenção por parte da Direção da ZERO.

Para o próximo triénio a aposta deverá ser na potenciação de projetos com maior interação com os cidadãos como forma de procurar fomentar a inscrição como associados/as da ZERO.

Perante a evolução registada no último triénio, parece-nos perfeitamente exequível que ainda antes do final deste período se atinja o objetivo de termos o mínimo de 2 mil Associados na ZERO.

Objetivo 5

Reforçar a relação em termos de parcerias nacionais e internacionais, no sentido de informar as posições da Associação, mas também contribuir ativamente para as tomadas de posição mais alargadas a nível europeu, bem como a definição de políticas públicas a esse nível.

Considerando as parcerias estratégicas em termos europeus que a ZERO conseguiu estabelecer com as suas congéneres, o próximo triénio será de consolidação e reforço do trabalho conjunto, no sentido de aumentar a capacidade de influência da ZERO sobre a definição das políticas públicas a nível europeu, mas também a transposição e a sua implementação em Portugal.

Manter-se-á a aposta na adesão a organizações nacionais, nomeadamente:

- Confederação Portuguesa das ONGA – CPADA;
- Plataforma Algarve Livre do Petróleo (PALP).

FUNCIONAMENTO INTERNO

Esta dimensão representa sempre um desafio no seio de qualquer organização, em particular, quando se pretende estimular e garantir uma participação alargada, quer de dirigentes, quer de associados.

A aposta deverá ser na dinamização das listas eletrónicas entretanto criadas para facilitar o diálogo, a comunicação e a troca de informações entre os membros dos Órgãos Sociais, mas também listas temáticas, onde participam dirigentes e associados que mostraram interesse em trabalhar voluntariamente em cada uma das áreas.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

A ZERO manterá o seu papel ativo no diálogo institucional com o governo, com os Parlamentos nacional e europeu e com as diferentes forças partidárias, bem como ao nível regional e local, junto das comunidades intermunicipais, das câmaras municipais, e de outros agentes, como associações e movimentos de cidadãos. Para além da ação pública, procurar-se-á dar a conhecer e influenciar de forma devidamente estruturada e fundamentada as nossas posições, ganhando assim credibilidade junto da sociedade e dos decisores.

FINANCIAMENTO

No que concerne à angariação de financiamento, a ZERO irá reforçar os seus esforços de trabalho conjunto com os parceiros internacionais com o intuito de procurar assegurar financiamento para a realização de trabalho de acompanhamento de políticas a nível europeu e a sua implementação em Portugal. Irá ainda aproveitar as diferentes oportunidades de financiamento que surjam em Portugal para concretizar projetos demonstrativos de um novo modelo económico e cultural assente num uso eficiente de recursos.

Uma outra aposta a este nível será na obtenção da classificação da ZERO como ONGA de utilidade pública, classificação que nos permitirá receber os apoios decorrentes da consignação do IRS dos cidadãos que colocarem a ZERO como beneficiária.

Será mantida a aposta na total transparência em termos de financiamento, garantindo a disponibilização da lista dos financiadores da ZERO referente a cada ano. Será igualmente analisada a possibilidade da ZERO obter a certificação legal de contas, através da submissão das mesmas à avaliação de um Revisor Oficial de Contas.

A lista candidata à Direção da ZERO

Lisboa, 10 de março de 2019